ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA – ASSESSORIA TÉCNICA

LEI Nº 4.321, DE 03 DE SETEMBRO DE 1970.

Fixa competência e estabelece normas para declaração de Utilidade Pública à entidades privadas.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Qualquer entidade de direito privado, desde que satisfaça as exigências desta Lei, poderá ser declarada de utilidade pública através de Lei, cuja iniciativa do Projeto cabe a qualquer um dos Poderes, Executivo ou Legislativo.

Art. 2º - Para ser declarada de utilidade Pública, a entidade deverá preencher as seguintes formalidades:

- a) ter personalidade jurídica;
- b) funcionar efetivamente dentro dos fins a que se propõe;
- c) não se destinar a fins lucrativos;
- d - prova de existência efetiva pelo prazo mínimo de 01 (um) ano.

* A alínea “d” deste artigo teve sua redação alterada pela Lei nº 5.114-C, de 16 de maio de 1984, publicada no DOE Nº 25.282, de 09/07/1984.

- e) juntar cópia autêntica das atas de eleição e posse de sua Diretoria;
- f) outras provas que desejar fazer e evidenciem sua existência e funcionamento.
- g) Ter sede no Estado do Pará pelo tempo mínimo de 06 (seis) meses.

* A alínea “g” deste artigo foi acrescida ao mesmo pela Lei nº 5.823, de 17/02/1994, publicada no DOE nº 27.659, de 18/02/1994.

Parágrafo Único - A entidade deverá provar com os seus estatutos, que se destina ao aperfeiçoamento físico, educacional, artístico, desportivo, religioso ou moral das pessoas, ou assistência social, de um modo geral.

Art. 3º - A declaração de utilidade pública, quando proposta pelo Poder Executivo, através de seu Governador, será instruída com o requerimento que a ele dirigir a entidade interessada e os documentos de que fala o artigo 2º desta Lei.

Art. 4º - Quando o projeto for de iniciativa de qualquer Deputado, as provas de que fala o artigo 2º deverão ser apresentadas juntamente com o projeto ou quando os autos estiverem tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, observados os prazos regimentais dados àquela Comissão.

Art. 5º - Uma vez reconhecida de utilidade Pública, a entidade beneficiada obrigar-se-á a remeter, anualmente, a Secretaria de Estado do Interior e Justiça, os seguinte documentos:

- I - Relatório de suas atividades de acordo com os seus estatutos;
- II - Balanço geral do movimento financeiro executado durante o ano imediatamente anterior.

Parágrafo Único -Se a entidade deixar de cumprir as exigências estabelecidas neste artigo durante 02 (dois) anos seguidos, será declarada nula a utilidade pública que lhe foi concedida, cuja iniciativa do Projeto cabe ao Governador do Estado. Neste caso o Projeto virá instruído com as provas que deram causa à nulidade.

* Este parágrafo teve sua redação alterada pela Lei nº 5.713, de 07/01/1992.

* A redação anterior continha o seguinte teor:

“Art. 5º.

Parágrafo Único - Se a entidade deixar de cumprir as exigências estabelecidas neste artigo durante três anos seguidos, será declarada nula a utilidade pública que lhe foi concedida, cuja iniciativa do Projeto cabe ao Governador do Estado. Neste caso o Projeto virá instruído com as provas que deram causa à nulidade.

Art. 6º - Também será declarada a nulidade nos termos do § anterior, se ficar provado pela Secretaria de Estado do Interior e Justiça, que a entidade beneficiada não vem cumprindo sua finalidade.

§ 1º - Para que se cumpra o disposto neste artigo e no § único do artigo 5º, desta Lei, ouvir-se-á, previamente, a entidade, dando-se-lhe o prazo de quinze dias para a apresentação de defesa escrita.

§ 2º - O processo correrá pela Secretaria de Estado do Interior e Justiça e será presidido pelo seu titular.

Art. 7º - Dentro do prazo de sessenta dias a contar da data de publicação desta Lei, o Governador do Estado a regulamentará.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogados o Decreto-Lei nº 86, 24 de outubro de 1969 e o Decreto nº 685, de 11 de novembro do mesmo ano e demais disposições em contrário.

Palácio do Governo do Estado do Pará, em 3 de setembro de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado

Dr. Salvador Rangel de Borboleta

Respondendo pelo Expediente da Secretaria de Estado do Interior e Justiça

DOE N° 21.865, DE 10/09/1970.

TEXTO IDÊNTICO AO PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ